

HABEAS CORPUS Nº 492.500 - SC (2019/0037253-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : C R DE L (INTERNADO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de C R DE L no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que o Magistrado de piso impôs à paciente medida socioeducativa de internação, pelo prazo mínimo de 6 meses, em decorrência da prática de ato infracional análogo ao crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 108/116).

Irresignada, a defesa interpôs apelação, sendo o recurso desprovido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 170/189).

Na presente impetração, a defesa sustenta que o fundamento utilizado para a medida de internação foi a suposta reiteração no cometimento de ato infracional. Contudo, "*o TJSC sequer fez menção a eventual trânsito em julgado, o que permite concluir que admitiu a aplicação da internação fundada na reiteração de infrações graves com base em processos em andamento que, por básico, não se prestam a agravar a sanção aplicada, nos termos do Enunciado 444 da Súmula da Jurisprudência deste SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, aplicável por analogia ao direito infracional*" (e-STJ fl. 10).

Diante disso, requer, inclusive liminarmente, a fixação de medida socioeducativa menos gravosa.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa

minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, notadamente ante ao fato de a adolescente responder "*por quatro atos equiparados a tráfico no período entre maio e novembro de 2017, além do furto recentemente apurado*" (e-STJ fl. 112).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator